

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.562 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2002

José Cruz

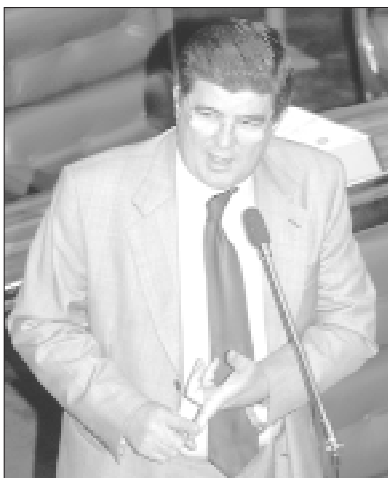


Rocha propõe CPI para pesquisas eleitorais

PÁGINA 4

Sebastião Rocha afirma que manipulação continua nestas eleições

José Cruz



Machado quer mudar acordo sobre patentes

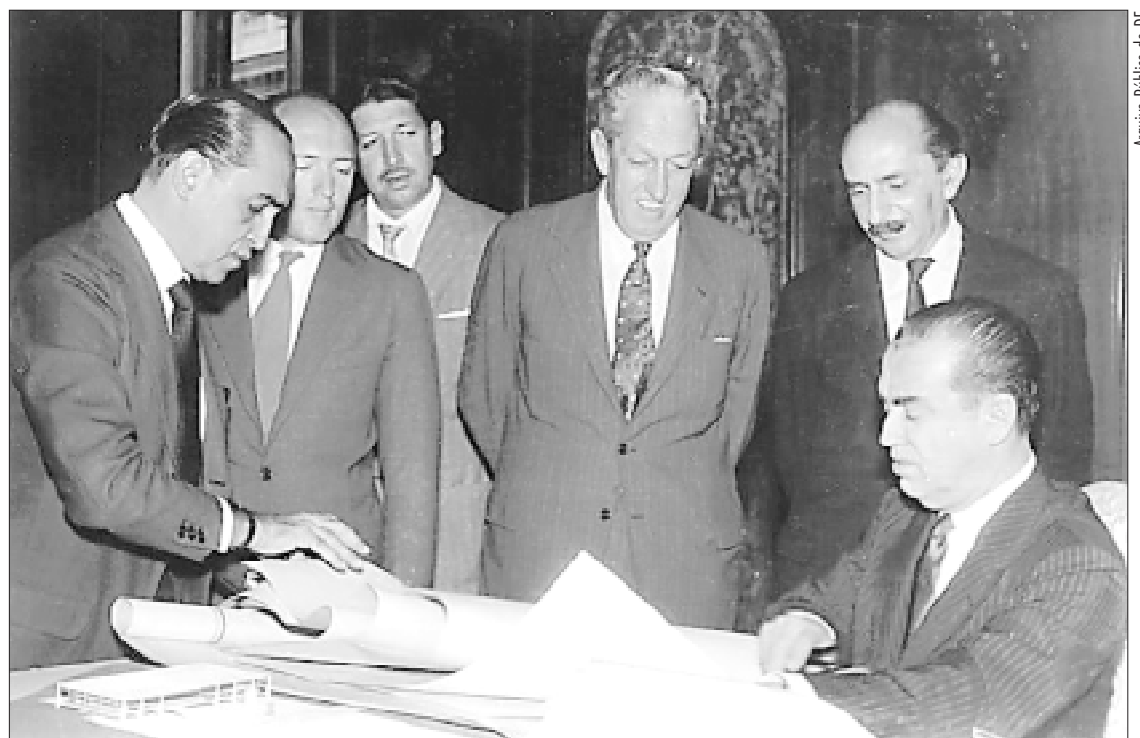
PÁGINA 2

Sérgio Machado apóia proposta levada pelo Brasil à conferência Rio+10

Congresso comemora hoje centenário de JK

Apresentação do Coral do Senado, exibição de documentário, pronunciamento de parlamentares e distribuição do livro *Por que construí Brasília* marcam a homenagem, a partir das 11h

PÁGINA 3



Arquivo Público do DF

Juscelino (sentado) com Lúcio Costa, Israel Pinheiro e Oscar Niemeyer (E), no início da construção de Brasília

ACORDO COM FMI

Senado receberá informações de Malan e Fraga

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, estão dispostos a comparecer ao Senado para explicar os termos do acordo firmado com o FMI. A informação é do vice-líder do governo, Romero Jucá, que espera confirmar a audiência para logo após o primeiro turno das eleições.

PÁGINA 2



José Cruz



Jane de Araújo

Malan e Fraga devem comparecer ao Senado após as eleições para falar do acordo com o FMI

Emilia vê 11 de setembro como alerta ao mundo

A necessidade de combater o terrorismo e, ao mesmo tempo, buscar a paz e o equilíbrio entre os povos.

Foi isso que o 11 de setembro mostrou ao mundo, na opinião da senadora Emilia Fernandes. “Repudiamos o terrorismo, mas não podemos ser coniventes com a política hegemônica das grandes potências”, disse ela.

PÁGINA 2

Malan e Fraga devem explicar aos senadores acordo com o FMI

A previsão é de que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central venham ao Senado logo após o primeiro turno das eleições para detalhar termos do acordo com Fundo

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, deverão comparecer ao Senado logo após o primeiro turno das eleições, para explicar aos parlamentares os termos do acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no valor de US\$ 30 bilhões. A informação é do vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), que se mostrou disposto a conversar com os partidos de oposição sobre a data mais adequada para a visita.



Romero Jucá poderá negociar a data da visita com partidos da oposição

— No dia em que o Senado marcar, o ministro e o presidente do Banco Central estarão presentes — garantiu Jucá.

O senador disse que o governo tem sido transparente a respeito de suas negociações com o FMI e tem agido com responsabilidade, procurando permitir ao futuro presidente da República assumir o cargo em uma situação confortável quanto às reservas internacionais.

Em carta dirigida em agosto ao diretor-geral do Fundo, Horst Köhler, Malan e Fraga argumentam que o governo pretende, com suas últimas medidas no campo econômico, diminuir as incertezas no campo externo e “reduzir a preocupação quanto à orienta-

ção da política macroeconômica após a eleição presidencial, facilitando assim a transição para o governo que assumirá a administração federal a partir de 2003”.

De acordo com memorando encaminhado ao FMI, o governo reforçará as finanças públicas mediante a elevação da meta anual do superávit primário do setor público consolidado para quase 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2002. A elevação seria possibilitada pelo controle de gastos públicos e pela arrecadação prevista de receitas “não recorrentes”.

Machado quer mudança no tratado de patentes

O senador Sérgio Machado (PMDB-CE) defendeu a proposta apresentada pelo Brasil na recente conferência denominada Rio+10, realizada em Johannesburg, na África do Sul, para modificação do Acordo Trips, de 1994, relativo aos Direitos de Propriedade Intelectual.

O senador denunciou o caráter concentrador da atual legislação. Segundo ele, o ordenamento jurídico hoje existente desfavorece os países em desenvolvimento. O modelo em vigor, conforme Sérgio Machado, permite que por meio da transformação de recursos naturais em material patenteável surja o crescente oligopólio dos países ricos no mercado de produtos genéticos, cujo movimento anual gira em torno de US\$ 800 bilhões.

Embora o Brasil responda por um quinto da biodiversidade mundial, segundo informação divulgada pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), apenas 3% das patentes de bio-

tecnologia solicitadas são de brasileiros e os 97% restantes são de países desenvolvidos — Estados Unidos, Japão e Alemanha —, onde a biotecnologia já é um dos setores com maior número de patentes, alertou o senador.

PLANTAS

Citando dados do Inpi, o senador ressaltou que o país possui mais de 250 mil espécies de plantas conhecidas, das quais um terço é comestível, mas apenas 1% delas é aproveitada. São encontradas no Brasil 55 espécies de primatas — a maior diversidade do mundo —

além de 3 mil espécies de peixes, 364 de mamíferos, 502 de anfíbios, 468 de répteis e 1.573 de aves. O Brasil ocupa também o primeiro lugar no planeta em diversidade de plantas superiores e mamíferos, acrescentou.

Sérgio Machado disse que esses dados e o momento atual, que é propício para negociações multilaterais, o levam a acreditar que o Brasil saberá usar com soberania todo esse patrimônio.

— Precisamos reverter nossos cobiçados haveres naturais em ativos, que se converterão no



Para Machado, legislação atual desfavorece países em desenvolvimento

impulso que nos falta em direção ao esperado conforto econômico e à merecida igualdade social para nossa gente — disse o senador.

Comércio e propriedade intelectual

O Acordo Trips (*Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, da sigla em inglês*) é um dos tratados mais importantes assinados pelos países que pertencem à Organização Mundial do Comércio (OMC), entre os quais o Brasil. Ele regula a proteção a produtos muito diferentes, como livros, filmes, processos industriais, técnicas científicas, marcas comerciais e desenhos de circui-

tos eletrônicos. Esse tratado protege, por exemplo, as patentes das empresas farmacêuticas. Segundo o acordo, para que um país possa fabricar produtos protegidos, deve pagar royalties (direitos) aos donos das patentes. O Trips determina ainda que o prazo de validade das patentes requeridas após o dia 7 de junho de 1995 é de 20 anos, a contar da data do requerimento.



Emília repudia terrorismo e critica política das grandes potências, que estimula competição desenfreada

Emília comenta atentados de 11 de setembro

A data de 11 de setembro de 2001 provocou mudança no cenário político mundial, pois deixou visível a necessidade de combate ao terrorismo e, ao mesmo tempo, de a humanidade buscar a paz e o equilíbrio entre os povos. A opinião é da senadora Emília Fernandes (PT-RS), que comentou, em entrevista à Agência Senado, as conseqüências dos ataques terroristas praticados contra os Estados Unidos da América.

— Nós repudiamos os atos terroristas, mas não podemos ser coiventes com a política hegemônica das grandes potências mundiais, que estimula a competição desenfreada entre as nações e a busca exclusiva do capital em detrimento da igualdade de condições para todos os povos — disse.

Para a senadora, que lamentou a morte das vítimas dos ataques de 11 de setembro, a reação americana de contra-atacar o Afeganistão não pode ser considerada a melhor solução, já que ali também morreram pessoas inocentes. Em sua opinião, as medidas norte-americanas não tiveram o propósito de buscar a justiça, mas sim a vingança.

— Apesar de haver unanimidade de que o terrorismo é sempre um equívoco, também é criticável a atual postura dos Estados Unidos em apontar “uma lista dos inimigos do mundo”, em que se incluem o Afeganistão, a Coreia do Norte e o Iraque.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso celebra o centenário de Juscelino

Data será lembrada com sessão solene no Plenário do Senado a partir das 11h. Está prevista a apresentação do Coral do Senado, exibição de documentário sobre o ex-presidente, pronunciamentos e distribuição do livro *Por que construí Brasília*



José Cruz

Lindberg Cury afirmou que Juscelino enfrentou poderosos para realizar o sonho de construir Brasília

JK foi o maior estadista do século 20, afirma Lindberg

Juscelino Kubitschek foi, na opinião do senador Lindberg Cury (PFL-DF), não apenas o brilhante homem público que o país já teve, mas também o maior estadista brasileiro do século passado. Ele fez essa afirmação em entrevista à Agência Senado, ao comentar o centenário de JK, que se comemora hoje.

Na avaliação de Lindberg, Juscelino teve "um mérito fantástico" ao enfrentar poderosos para realizar o sonho de construir Brasília em uma região que só existia mato e para onde poucas pessoas queriam ir. O espírito empreendedor do ex-presidente, segundo o senador, também impulsionou o desenvolvimento do interior do país, que sempre esteve concentrado na área litorânea.

Para o parlamentar, a mensagem de JK à época inspirava confiança e alguns, como o próprio Lindberg, resolveram aventurar-se no movimento de construção da nova capital.

— Sou nascido na região próxima daqui, em Anápolis, e fui um dos que, jovem ainda, acreditaram na nova empreitada. Foi uma aventura e os que resolveram dela par-

ticipar ficavam ansiosos para que a nova capital se consolidasse. Isso acabou gerando uma grande união entre os pioneiros — contou Lindberg Cury, que estabeleceu, em 1958, uma revendedora de carros na cidade.

O senador mencionou o esforço desenvolvido pelo grupo precursor, incluindo Juscelino Kubitschek, o próprio Lindberg e outros pioneiros, para que empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo transferissem empresas e escritórios para Brasília, a fim de gerar empregos na nova capital. Conforme o senador, a consolidação de Brasília é resultado de um trabalho incessante e árduo, inclusive nos tempos da ditadura militar.

Hoje, destacou Lindberg Cury, a democracia brasileira e Brasília são sinônimos de orgulho para o país.

— Brasília é muito bem posicionada, ficando a cerca de uma hora e meia de quase todas as capitais, tem um excelente sistema de comunicação, uma população jovem, um comércio e um empresariado fortes e concentra as principais ações políticas do Brasil — afirmou.

Ciclo de conferências discute informação e processo legislativo

A Secretaria de Informação e Documentação (Sidoc) do Senado promove hoje ciclo de conferências sobre processo legislativo.

Cláudia Lyra, secretária-geral adjunta da Mesa do Senado e especialista em processo legislativo, fará palestra sobre o tema "Processo Legislativo para Bibliotecários". Simone Maria de Freitas e Silva Derzié Luz, da Seção de Proposições Legislativas em Tramitação, da Coordenadoria de Estudos Legislativos do Cen-

tro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, falará sobre "Informação Legislativa na Câmara dos Deputados". Estão previstos debates após as palestras.

O ciclo de conferências tem início às 14h30, no Auditório do Interlegis, Via N2, Anexo E, e deve se encerrar às 18h30.

Inscreveram-se para as palestras, abertas ao público, 120 pessoas. Devido à grande procura, as inscrições já foram encerradas.

O Congresso Nacional comemora hoje, a partir das 11h, com sessão solene no Plenário do Senado, o centenário de nascimento do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek. A solenidade terá apresentação do Coral do Senado e exibição da versão reduzida (10 minutos) do documentário *JK — Um cometa no céu do Brasil*, produzido pela TV Senado. Quatro oradores — dois deputados e dois senadores — falarão sobre o ex-presidente. E serão distribuídos exemplares do livro *Por que construí Brasília*, edição reimpressa pelo Conselho Editorial do Senado especialmente para a data. As comemorações estão sendo coordenadas por comissão mista criada para esse fim.

Como parte das comemorações

do centenário de Juscelino, a TV Senado produziu o documentário *JK — Um cometa no céu do Brasil*, que já foi levado ao ar e apresentado no auditório da Câmara.

O documentário também será apresentado amanhã, ao meio-dia, em sessão pública no Auditório Petrônio Portella, do Senado. Antigos amigos, historiadores, escritores, senadores como José Sarney (PMDB-AP) e Pedro Simon (PMDB-RS) e aliados como o economista Celso Furtado dão depoimentos que ajudam a traçar o perfil de um ho-



Juscelino é tema de documentário produzido pela TV Senado

mem simples e um político preocupado com a superação do subdesenvolvimento e a consolidação da democracia.

O documentário também mostra a tristeza de JK no exílio. O ex-presidente relata que sua maior emoção foi ver uma enorme multidão cantando o Hino Nacional quando ele se preparava para deixar o país, após o golpe militar de 1964. Nos últimos dias, relata a amiga Vera Brant, Juscelino havia perdido o prazer de celebrar o aniversário e se perguntava se veria livre o seu país.

regime militar.

Rádio Senado mostra programa sobre ex-presidente

JK: o realizador de um sonho chamado Brasília, programa especial sobre a vida de Juscelino Kubitschek, com duração de quase uma hora e meia, será apresentado hoje pela Rádio Senado logo após a realização da sessão solene em homenagem ao centenário do ex-presidente. A sessão será às 11h.

O programa conta a trajetória de Juscelino, de sua infância em Diamantina (MG) até a trágica morte em 22 de agosto de 1976. Apresenta detalhes sobre a histó-

ria do Brasil e de Brasília. Há ainda depoimentos de JK e de políticos como Ulysses Guimarães, Itamar Franco, Nelson Carneiro, Lázaro Barbosa, Mauro Benevides e Teotônio Vilela, além de Márcia Kubitschek, filha do ex-presidente, e do presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS).

Dois importantes discursos de JK também estão no programa: o pronunciamento em defesa de João Goulart e o de despedida do Senado, às vésperas de ter os seus direitos políticos cassados pelo

regime militar.

A seleção musical inclui músicas brasileiras do início do século passado até a década de 70, acompanhando o desenrolar da história. Traz também as canções de que JK mais gostava e *jingles* de sua campanha à Presidência da República.

O especial está à disposição de escolas, além de outros interessados no tema, na Rádio Senado. Os jornalistas Maurício de Santi e Larissa Bortoni apresentam o programa, escrito e editado por eles.

Mauro sugere medidas para prevenir violência

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu a aplicação de investimentos maciços em programas de promoção social de longo prazo, tendo como alvo principal a infância e as famílias, como única forma de superar definitivamente o problema da violência no país.

— Os fabulosos recursos consumidos pelo Estado, sem o retorno esperado, nos mostraram que o combate à violência sem programas de prevenção é inócuo e ela continuará crescendo, para desespero de nossa sociedade — alertou.

Ele admite a necessidade de adoção de ações repressivas, mas ressaltou que elas não chegam à raiz da questão.

— Certamente devemos implementar medidas de curto prazo,

até mesmo emergenciais, no sentido de redimensionar e dar eficácia à ação ostensiva e corretiva das forças de segurança, para que se dê um basta no quadro extremo que já vemos configurado em algumas cidades brasileiras; mas isso não será suficiente, senão mero paliativo para a questão da violência, uma vez que, como numa doença, não se podem extinguir as conseqüências sem debelar as causas — afirmou.

O senador aconselhou investimentos na educação infantil, "período em que se formam o caráter e a personalidade", sugerindo um novo modelo de pré-escola capaz de "suprir as necessidades emocionais de bom desenvolvimento da personalidade", e também a injeção de recursos públicos em programas de



Célio Azevedo

Mauro Miranda defende investimentos maciços em programas de promoção social

saúde materno-infantil e de proteção à família.

— Devemos dedicar uma parcela de recursos para a formação de uma base social compatível com as necessidades de proteção infantil, para que possamos legar aos nossos filhos um futuro menos violento e mais humano — disse.

Rocha vai propor nova CPI das pesquisas eleitorais

Comissão criada este ano não chegou a funcionar, mas senador afirma que muitas consultas divulgadas agora não serão confirmadas pelos resultados das eleições do próximo mês. Segundo ele, continuam ocorrendo manipulações

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ontem que, após as eleições de outubro, apresentará requerimento para a criação de nova comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar os institutos de pesquisa. Para o senador, manipulações de resultados de consultas ao eleitorado, observadas nas eleições de 1998 e 2000, continuam ocorrendo em 2002.



Na opinião de Sebastião Rocha, após as eleições haverá nova onda de críticas às pesquisas

Em fevereiro deste ano, Rocha entregou à Mesa do Senado requerimento da CPI das Pesquisas Eleitorais, apoiado por 31 senadores. Porém, apenas o Bloco Oposição (PT e PPS), o PSB, o PTB e o PDT apresentaram os nomes dos senadores para preencher as 11 vagas de membros titulares e as sete vagas de suplentes da comissão.

Sem as indicações dos partidos majoritários no Senado (PMDB, PFL e PSDB), que ocupariam sete das 11 vagas de membros titulares da CPI, a comissão, cujo prazo de funcionamento se encerra amanhã, não chegou a ser instalada. Sem a possibilidade de apro-

var uma prorrogação, a CPI será extinta automaticamente.

– Lamento que a comissão não tenha funcionado – declarou Sebastião Rocha.

Assim que passar o período eleitoral, adiantou o senador, começará a coleta das assinaturas necessárias para a criação de uma nova CPI. A fim de dar sustentação ao novo requerimento, Rocha prometeu apresentar exemplos de resultados de pesquisas que, na sua avaliação, não serão confirmados em outubro pelas urnas. Para ele, haverá casos suficientes de manipulação de resultados pelos institutos.

No primeiro semestre, Sebastião Rocha fez diversos discursos com o objetivo de que a CPI fosse instalada. Ele insistiu para que os integrantes da comissão fossem indicados, argumentando que uma melhor regulamentação do funcionamento dos institutos de pesquisa seria importante para garantir a credibilidade dos resultados apresentados e para edu-

car o eleitorado sobre o que as pesquisas significam.

Rocha também previu que, com as eleições para presidente da República e para governador, este ano, haveria novos casos de pesquisas equivocadas e que, assim, muitos senadores ficariam insatisfeitos com a influência dos institutos sobre o eleitorado.

– Daqui a pouco, vai haver nova choradeira geral. Quando terminarem as eleições deste ano, estarei aqui para testemunhar os senadores que virão à tribuna para reclamar de manipulação dos institutos de pesquisa – avisou ele, em junho passado, em Plenário.

Denúncia de manipulação cresceu em 1998 e 2000

Os resultados das duas últimas eleições, realizadas em 1998 e em 2000, comparados às pesquisas eleitorais da época, deixaram políticos e parlamentares insatisfeitos com o trabalho realizado pelos institutos de pesquisa. A insatisfação foi transformada em requerimentos de instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs), por iniciativa dos senadores Ademir Andrade (PSB-PA), em 1998, e Sebastião Rocha (PDT-AP), este ano.

Apesar de terem sido criadas com apoio de um terço dos parlamentares, as CPIs não chegaram a funcionar. Ainda assim, por diversas vezes, Ademir e Rocha discursaram, criticando os institutos nacionais e regionais, principalmente o Ibope, e pedindo melhor controle da divulgação das consultas.

Ademir, que apresentou um requerimento de CPI mista, com a participação de deputados e senadores, questionou as falhas

dos institutos no primeiro turno das últimas eleições para presidente da República e governador.

– É dever do Congresso Nacional coibir esse verdadeiro ato de enganação da vontade do povo brasileiro que tem sido praticado pelos institutos de pesquisa. Foi um verdadeiro abuso da opinião pública o que se cometeu em termos de manipulação de pesquisas em todo o território nacional – afirmou Ademir no Plenário, em novembro de 1998.

EXEMPLOS

O senador citou como exemplos de manipulação o resultado do primeiro turno da eleição para os governos de São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Goiás, Amazonas e Mato Grosso do Sul, em 1998, quando institutos apontaram resultados diferentes da soma dos votos nas urnas, com números que extrapolaram as margens de erro.

– Esses dados desanimam a militância e todos os que podem

contribuir conosco desaparecem. Não há quem queira ajudar um candidato que, segundo pesquisa do Ibope, tem apenas 10% das intenções de voto, quando há candidatos com 39%. É muito difícil enfrentar uma maracutaia como essa – disse Ademir, que se considerou prejudicado pelo Ibope na corrida pelo governo do Pará em 1998.

Na ocasião, o senador ponderou que o trabalho dos institutos de pesquisa não deveria ser proibido, mas regulamentado de forma eficaz, para evitar influência nas eleições.

– As pesquisas não podem se converter em publicidade enganosa. Ao eleitor brasileiro, a mínima garantia que a lei tem que assegurar é a livre manifestação do voto – analisou.

Em apoio a Ademir, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que apresentou projeto proibindo a veiculação de pesquisas após o início da propaganda eleitoral gratuita no rá-

Senadores apontam contradições

Eleições para governador em 1998:

■ *No primeiro turno das eleições de 1998, o Ibope apontava o candidato Joaquim Roriz em primeiro lugar no Distrito Federal, com cinco pontos de vantagem sobre Cristovam Buarque. O resultado, porém, apontou Cristovam com 4% a mais de votos que Roriz.*

■ *No Amazonas, o instituto Brasmartek apontou vitória do candidato Amazonino Mendes com 23% de vantagem sobre Eduardo Braga, enquanto, para o Ibope, a vantagem era de 18%. No resultado final, a diferença foi de 3%.*

Eleições municipais de 2000:

■ *No Rio de Janeiro, antes do segundo turno, o Ibope indicou vitória de Luís Paulo Conde com 10 pontos de vantagem sobre César Maia, e o Datafolha, cinco pontos. Nas urnas,*

César Maia venceu a disputa para a prefeitura com 2,2% de vantagem sobre Conde.

■ *No primeiro turno das eleições em Goiânia, o Ibope apontava o candidato do PT, Pedro Wilson, em terceiro lugar. Nas urnas, Wilson foi o primeiro colocado na primeira rodada, sagrando-se vencedor no segundo turno.*

■ *Em Macapá, o Ibope apontou vitória do candidato João Henrique com 4% de vantagem sobre João Bosco Papaléu. Mas a diferença de votos foi de 0,35%.*

■ *A diferença apontada pelo Ibope nas eleições de Niterói em favor do candidato Jorge Roberto Silveira sobre Sérgio Zveiter foi de 7%. Mas o resultado final mostrou diferença muito maior: 15,4%.*

Fonte: discursos dos senadores Ademir Andrade e Sebastião Rocha.



José Cruz

Ademir denunciou “um verdadeiro abuso da opinião pública em termos de manipulação de pesquisas”

dio e na TV. Para ele, existe uma vulgarização da publicação de pesquisas, e a divulgação de consultas no dia da eleição “não tem lógica”.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Este ano, Sebastião Rocha lutou pela instalação da CPI restrita ao Senado. Sob o impacto do resultado das eleições municipais de 2000, o senador argumentou que a comissão seria positiva para o país e para os próprios institutos, pois poderia garantir sua credibilidade. Na opinião de Rocha, erros como o registrado na votação para a prefeitura de Macapá indicam que ou o instituto é incompetente ou foi ma-

nipulado por interesses econômicos e da máquina administrativa.

Em junho passado, Rocha afirmou que “o Ibope aluga ou vende pesquisas para induzir eleitores a votar no candidato que compra a pesquisa”, oferecendo dados para a comissão parlamentar de inquérito.

– Que interesse tem o Bank of America em financiar o Ibope? É esquisito, é muito estranho – declarou o senador, que citou no requerimento de constituição da CPI erros das pesquisas no Rio de Janeiro, em Goiânia, em Macapá, no Recife e em Niterói (*veja quadro*) nas eleições de 2000.